

**Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo**

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Gestão de Negócios em Turismo

**“INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”**

TATIANA ALVES DE ALMEIDA SILVA

Brasília – 2007

**Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo**

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Gestão de Negócios em Turismo

**“INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”**

TATIANA ALVES DE ALMEIDA SILVA

Professora orientadora: Dr^a. Iara Lúcia Gomes Brasileiro

**Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da
Universidade de Brasília – UNB, como requisito parcial à obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Negócios em Turismo.**

**Brasília – DF
Junho / 2007**

Professora orientadora: Dr^a. Iara Lúcia Gomes Brasileiro
Silva / Tatiana Alves de Almeida

Inventário da oferta turística e desenvolvimento
sustentável/Tatiana Alves de Almeida Silva - Brasília, 2007

Monografia – Curso de Pós-graduação *lato sensu*
Brasília/DF, junho de 2007.

Área de concentração – Turismo/Desenvolvimento
sustentável/Inventário

Orientadora: Iara Brasileiro

1. Turismo 2. Desenvolvimento sustentável 3. Inventário

Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Gestão de Negócios em Turismo

**“INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”**

TATIANA ALVES DE ALMEIDA SILVA

APROVADO POR:

Professora orientadora: Dr^a. Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Professora: Msc. Elisângela Aparecida Machado da Silva

Professor: Msc. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da
Universidade de Brasília – UNB, como requisito parcial à obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Negócios em Turismo.

Brasília, 06 de junho de 2007

AGRADECIMENTOS:

À professora e orientadora Iara Brasileiro, que tanto me apoiou e acreditou no desenvolvimento deste trabalho.

À amiga Daniele Velozo, que me convidou para participar da ação-piloto do Ministério do Turismo em parceria com o Projeto Rondon, despertando em mim o interesse de contribuir para o estudo do turismo sustentável em nosso país, por meio da pesquisa científica e acadêmica.

Ao amigo Cristiano Borges, que gentilmente me concedeu a entrevista acerca da trajetória da inventariação turística no Brasil, tornando-se peça fundamental para a conclusão do presente trabalho.

Ao querido mestre, Fernando Sobrinho, que me auxiliou durante a viagem a Tefé – AM, fornecendo todos os subsídios necessários para a execução desta pesquisa.

A todos, dedico meu eterno reconhecimento.

RESUMO

São muitas as razões pelas quais as pessoas decidem fazer turismo. Seja qual for o motivo, o turismo sempre mobiliza muita gente e deixa um rastro de benefícios que faz girar as rodas do desenvolvimento em todo o mundo. O turismo promove o desenvolvimento local ao ampliar as oportunidades econômicas e sociais dos cidadãos residentes da localidade visitada. A união da comunidade local com o *trade* turístico amplia a possibilidade de gerar riquezas e mais do que promover melhorias, o turismo pode espalhar seus benefícios por toda a região e aumentar ainda mais as vantagens para o próprio município. Muitos governos locais pretendem tornar suas respectivas sedes em atraentes destinos turísticos, mas para isso, é preciso haver uma infra-estrutura adequada para a prestação de serviços devida e ainda, dispor de mão-de-obra qualificada para atender bem ao visitante, ou seja, o atrativo em si não é suficiente para manter o turista na localidade. A finalidade deste trabalho é analisar a importância do inventário da oferta turística, que atua como uma ferramenta do planejamento turístico e na elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável por meio do turismo. O delineamento da pesquisa foi de caráter qualitativo e os métodos de procedimentos empregados foram comparativo e estatístico para análise das hipóteses. A pesquisa foi exploratória e as técnicas de coleta de dados utilizadas foram: pesquisa secundária em arquivos de órgãos públicos e privados de interesse, em sites e em bibliografia especializada; a observação ocorreu durante a viagem com o Projeto Rondon, onde o Ministério do Turismo designou alunos de Turismo para realizarem uma inventariação em Tefé e durante a pesquisa de campo, foram aplicados formulários a empresários do *trade* turístico da cidade, bem como a funcionários da Prefeitura no período de 04 a 20 de fevereiro de 2006. Os formulários visavam identificar a oferta de equipamentos, produtos e serviços turísticos oferecidos pela cidade, sendo assim, foi realizada uma análise de conteúdo por parte dos alunos envolvidos na ação e então, as informações foram inseridas posteriormente no sistema idealizado pela CTIS com vistas a identificar a potencialidade turística de municípios da Amazônia Legal, entre eles, Tefé. Tal pesquisa permitiu estabelecer correlações entre Tefé e as demais localidades de Foz do Iguaçu e Porto Seguro; e ainda foi aplicada uma entrevista com o funcionário do Ministério do Turismo, Cristiano Borges, em 07 de março de 2007. De acordo com as respostas obtidas pela entrevista, foi possível concluir que a ação-piloto em Tefé, serviu como teste de uma metodologia e também para que o município, seu estado e o próprio Ministério conhecessem a oferta turística disponível para o desenvolvimento da atividade na região.

Palavras-chave: Turismo, desenvolvimento sustentável, inventário.

ABSTRACT

There are many reasons for people decide to do tourism. Be which is the reason, the tourism always mobilizes a lot of people and it leaves a trace of benefits that makes to rotate the wheels of the development all over the world. The tourism promotes the local development when enlarging the resident citizens' of the visited place economical and social opportunities. The local community's union with the tourist trade enlarges the possibility to generate wealths and more than to promote improvements, the tourism can spread their benefits for the whole area and to increase still more the advantages for the own municipal district. Many local governments intend to turn their respective thirsts in attractive tourist destinies, but for that, it is necessary there to be an appropriate infrastructure for the due services rendered and still, disposal of qualified labor to assist the visitor well, in other words, the attraction in itself is not enough to maintain the tourist in the place. The purpose of this work is to analyze the importance of the inventory of the tourist offer, that acts as a tool of the tourist planning and in the elaboration of public politics that seek the maintainable development through the tourism. The research was qualitative and the methods of employed procedures were comparative and statistical for analysis of the hypotheses. The research was exploratory and the techniques of collection of data used were: researches secondary in files of public and private organs of interest, in sites and in specialized bibliography; the observation happened during the trip with the Rondon Project, where the Ministry of the Tourism designated students of Tourism to accomplish an inventory in Tefe and during the field research, they were applied forms to entrepreneurs of the tourist trade of the city, as well as to employees of the City hall in the period from February 04th to February 20th, 2006. The forms sought to identify the offer of equipments, products and tourist services offered by the city, being like this, a content analysis was accomplished on the part of the students involved in the action and then, the information were inserted later in the system idealized by CTIS with views to identify the tourist potentiality of municipal districts of the Amazonian, among them, Tefe. Such research allowed to establish correlations between Tefe and the other places of Iguaçu Falls and Porto Seguro; and still an interview was applied with the employee of the Ministry of the Tourism, Cristiano Borges, on March 07, 2007. In agreement with the answers obtained by the interview, it was possible to end that action-pilot in Tefe, it served as test of a methodology and also so that the municipal district, its state and the own Ministry knew the available tourist offer for the development of the activity in the area.

Keywords: Tourism, maintainable development, inventory.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Alunos da UPIS e Equipe do Ministério do Turismo.....	16
Foto 2 - Equipe de Tefé na 16ª Brigada de Infantaria de Selva.....	19
Foto 3 - Porto de Tefé.....	29
Foto 4 - Igreja de Santa Teresa.....	30
Foto 5 - Lago Tefé.....	30
Foto 6 - Missão.....	31
Foto 7 - Manifestação folclórica.....	31
Foto 8 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.....	32
Foto 9 - Pousada Uacari.....	37
Foto 10 - Interior de uma unidade habitacional em Mamirauá.....	38
Foto 11 - Aluno da UFV ministrando palestra sobre legislação ambiental para a comunidade de Tefé.....	41
Foto 12 - Secretaria de Educação de Tefé.....	42
Foto 13 - Imagem de uma obra abandonada no centro de Tefé.....	46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Amazonastur – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPSE – Coordenação Política e Sócio-Econômica

CTIS – Curso de Tecnologia, Informática e Sistema

EEM – Estação Ecológica Mamirauá

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IES – Instituto de Ensino Superior

INVTUR – Sistema de Inventário da Oferta Turística

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial de Turismo

PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
(Subprograma do Ministério de Ciência e Tecnologia)

PREINV – Processo de Planejamento Ações Turísticas no Brasil

RDSA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amaná

RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

SCM – Sociedade Civil Mamirauá

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNE – União Nacional de Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPIS – União Pioneira de Integração Social

SUMÁRIO

	Pág.
1. Introdução	01
2. Metodologia	03
3. Referencial teórico	05
3.1 Turismo	05
3.2 Segmentação de mercado	09
3.2.1 Ecoturismo	10
3.3 Planejamento e políticas públicas	11
3.3.1 Inventário da oferta turística	14
4. Desenvolvimento Sustentável	20
4.1 Sustentabilidade	20
4.2 Patrimônio turístico	22
4.3 Os impactos gerados pelo turismo	24
5. Turismo e desenvolvimento sustentável	26
6. Tefé	28
6.1 A origem da cidade e suas características	28
6.2 Mamirauá: um exemplo de sustentabilidade	32
6.3 A Operação Amazônia	39
6.4 Execução da pesquisa da oferta turística	41
7. A importância do inventário	48
7.1 Análise comparativa entre os destinos Foz do Iguaçu – PR e Porto Seguro – BA	48
8. Considerações Finais	56
Referências	69
Apêndice – Entrevista	62

1. INTRODUÇÃO

O turismo tornou-se um dos principais setores sócio-econômicos mundiais e um dos componentes líderes do comércio internacional. No entanto, muitos destinos turísticos estão sendo desgastados devido à falta de conscientização de seus visitantes e dos próprios residentes da localidade.

Em virtude dessa realidade, surgiu um conceito muito difundido atualmente, o desenvolvimento sustentável, que inclui a prática do turismo sustentável, adotado pelas Nações Unidas e pela OMT – Organização Mundial de Turismo - e por muitos governos nacionais, regionais e locais. O crescimento contínuo dessa atividade e sua concomitante tendência à supervalorização evoluem de acordo com uma consciência ambiental mais sólida dos consumidores, que cada vez mais, exigem destinos turísticos mais limpos, seguros e que mostrem preocupação com o meio ambiente.

A relação entre turismo e sustentabilidade implica em preservar os recursos naturais, históricos e culturais para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. Além disso, a intenção em manter essa ideologia é praticar a atividade turística de maneira que esta não venha a acarretar problemas ambientais ou sócio-culturais e que a qualidade ambiental da área seja preservada, proporcionando um alto nível de satisfação ao turista, visando à conservação dos mercados para o turismo.

Portanto, garantir a sustentabilidade do turismo tornou-se o desafio principal daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento e o gerenciamento dessa atividade tão importante para a economia e para a sociedade em geral. Apesar de o setor turístico de um país ser, na maioria das vezes, desenvolvido, custeado e gerenciado por empresas privadas e indivíduos, as responsabilidades do setor público na defesa de sua sustentabilidade, mesmo que a longo prazo, são tão importantes quanto a dos operadores privados.

Essa importância reside no fato de que, primeiramente, uma proporção substancial dos serviços turísticos consumidos pelos turistas é, normalmente, fornecida por instituições públicas, que seria o caso da infra-estrutura básica e dessa forma, as

autoridades locais têm a função de estabelecer as regras em diversas áreas, afetando a maneira como o turismo se desenvolve em uma determinada localidade.

Então, para que o turismo se desenvolva de modo econômico e ambientalmente sustentável, é necessária a garantia de uma coordenação adequada a essas regras e regulamentos propostos pelas autoridades locais. Em última instância, continua a ser responsabilidade do setor público, supervisionar a verificação das tais regras e regulamentos aprovados por todos os participantes do desenvolvimento e do gerenciamento do turismo.

Sendo assim, para implantar um modelo de desenvolvimento sustentável em um destino turístico, é preciso conhecê-lo e analisá-lo a fim de realizar um planejamento do aproveitamento da oferta turística de maneira adequada. Para isso, se utiliza uma importante ferramenta: o inventário turístico. Segundo a OMT – Organização Mundial de Turismo, o inventário é um instrumento sumamente valioso para a planificação turística, tanto setorial, como territorial, pois a partir dele é possível realizar avaliações e estabelecer as prioridades necessárias para a aplicação dos meios humanos e econômicos com que se conta para o desenvolvimento do turismo.

A finalidade deste trabalho é analisar a importância do inventário, que atua como um identificador da oferta turística da localidade e ainda age como fornecedor de subsídios para a elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável por meio do turismo.

2. METODOLOGIA

Segundo Dencker (1998:18), metodologia é a maneira concreta como se realiza a busca de conhecimento. O método é um plano geral e abrangente e o processo é a aplicação específica do plano metodológico, composto de uma seqüência ordenada de atividades.

Método científico é a sucessão de passos pelos quais se descobrem novas relações entre fenômenos que interessam a um determinado ramo científico ou aspectos ainda não revelados de um determinado fenômeno. (NOGUEIRA, 1977:73).

A metodologia científica permite, mediante a observação sistemática e controlada de determinados elementos ou ocorrências (variáveis operacionalizadas), selecionadas a partir de concepções teóricas acerca do objeto de estudo, uma percepção aproximada da natureza dos fenômenos observados. A análise das causas, condições e freqüência de determinadas situações sociais, mediante a sua observação controlada, é a metodologia indicada para a compreensão de problemas, estruturas e sistemas sociais.

A observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos, é uma metodologia do tipo qualitativo. (Dencker, 1998: 97)

Partindo desse princípio, o delineamento desta pesquisa foi de caráter qualitativo e de acordo com Dencker (1998:103), este tipo de pesquisa caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas sendo as mais utilizadas a observação, a entrevista em profundidade e a análise de documentos.

O processo de coleta e interpretação dos dados é feito de modo interativo durante toda a investigação e as técnicas de coleta de dados utilizadas foram:

- pesquisa documental em arquivos de órgãos públicos de interesse;
- pesquisa telematizada (sites);

- pesquisa bibliográfica;
- pesquisa ação que ocorreu durante a viagem com o Projeto Rondon, onde o Ministério do Turismo designou alunos de Turismo para realizarem a inventariação em Tefé e na ocasião, foram aplicados formulários a empresários do *trade* turístico da cidade, bem como a funcionários da Prefeitura no período de 04 a 20 de fevereiro de 2006. Os formulários visavam identificar a oferta de equipamentos, produtos e serviços turísticos oferecidos pela cidade, sendo assim, foi realizada uma análise de conteúdo por parte dos alunos envolvidos na ação e então, as informações foram inseridas posteriormente no sistema idealizado pela CTIS com vistas a identificar a potencialidade turística de municípios da Amazônia Legal, entre eles, Tefé;
- observação não estruturada: a observação é muito valorizada nas pesquisas qualitativas, uma vez que esta procura registrar os fenômenos no momento em que ocorrem, como foi o caso da execução da inventariação turística em Tefé;
- entrevista estruturada: aplicada com o funcionário do Ministério do Turismo, Cristiano Borges, em 07 de março de 2007. De acordo com as respostas obtidas pela entrevista, foi possível concluir que a ação-piloto em Tefé, serviu como teste de uma metodologia a ser aplicada no restante do país e também para que o município, seu estado e o próprio Ministério conhecessem a oferta turística da região amazônica.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Turismo

Segundo Beni (2000:35), o turismo é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área proposta.

No entanto, o turismo não se constitui uma ciência porque para que a acumulação de conhecimentos sobre algum tema progrida até alcançar a categoria de ciência, é necessário que tais conhecimentos cumpram uma série de requisitos que, ao ver de muitos estudiosos, não foram alcançados pelo turismo.

O turismo não é indústria porque na economia há três classificações de atividades produtivas: setor primário (agricultura e mineração); setor secundário (indústria e construção) e setor terciário (comércio e prestação de serviços). Partindo dessa teoria, fica claro que o turismo não pertence ao setor primário, pois embora utilize os atrativos naturais, não os extrai nem os produz, portanto, o turismo não explora os atrativos naturais, mas os utiliza, mediante as visitas que os viajantes fazem para desfrutar das curiosidades da natureza. Logo, o turismo se enquadra no setor terciário, pois para ser aplicado ao setor secundário, deveria ser um produto proveniente da indústria ou da construção, o que não é o caso, contrariando a expressão de que o turismo é uma indústria sem chaminés, ou indústria das viagens, e até mesmo indústria da paz.

O turismo é uma consequência de um fenômeno social, cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte. Em torno das viagens feitas como uma das formas de aproveitar o tempo livre, gerou-se um número de atividades, que, como muitas outras, não foram previamente programadas. (BOULLÓN, 2002: 37).

Sendo assim, o turismo é um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. *O turismo permite ao indivíduo que se distancie de seu meio e de seu cotidiano,*

tornando-se cada vez mais uma necessidade para o bem-estar humano. (BARRETTO, 1991).

A atividade turística consiste em um tipo específico de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante, que é o turista. Existem muitos tipos de viajantes e o que os diferencia entre si são características como o objetivo da viagem, o tempo de permanência fora de casa e o estado de espírito. Logo, de acordo com Banducci (2001), turismo constitui um fenômeno social, dado que implica o deslocamento de grandes contingentes de pessoas que passam a ser habitantes temporários de locais nos quais não residem, ocasionando múltiplos impactos na sociedade receptora.

O turismo é a atividade econômica que mais cresce no mundo contemporâneo. (KRIPPENDORF, 2000). Sua taxa de crescimento anual é de 4% e de acordo com a OMT, o turismo será a principal atividade de exportação, transferência de divisas e geração de empregos deste século, no entanto, o desenvolvimento do turismo só será possível na medida em que houver uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população possam viajar.

Portanto, a existência do turismo deve-se a esse movimento espontâneo, onde a iniciativa privada e o poder público buscam satisfazer e atender as necessidades dos viajantes ao incorporar um número cada vez maior de serviços destinados a aumentar o conforto do turista e a multiplicar suas oportunidades de lazer. Assim, ao redor do turismo foi formada, ao longo do tempo, uma trama de relações que caracterizam seu funcionamento e tais relações constituem o sistema turístico.

Sistema é todo um organizado ou complexo: um agregado ou uma combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou integral. (PETROCCHI, 1998). O sistema deve ser decomposto em seus diversos segmentos, os quais devem ser estudados tanto isoladamente quanto em conjunto, sempre com o objetivo de oferecer qualidade ao turista.

Os sistemas abertos – como o turístico – interagem de forma contínua com o ambiente, atingem o equilíbrio dinâmico e conservam a capacidade de realizar o

trabalho e de transformar energia. O capital e o mercado dão ao sistema o mecanismo de reciclagem de recursos entre o sistema turístico e o meio externo.

No turismo, há duas variáveis que são fundamentais para a própria existência de qualquer tipo de prestação de serviços: a demanda e a oferta. A demanda pode ser medida contabilizando-se o total de turistas que afluem a uma região, país ou zona, centro turístico ou atrativo, medindo como são distribuídos esses dados entre os diversos tipos de serviços oferecidos nessas unidades.

Em termos econômicos, a demanda por bens e serviços pode ser expressa por uma função inversa em relação ao preço de outros bens. A característica típica do turismo, nesse contexto, é que o consumo é efetivado em um local diferente daquele onde reside o consumidor, portanto com estrutura de mercado distinta.

A análise econômica entende por oferta a quantidade de mercadoria ou serviço que entra no mercado consumidor a um preço dado por um período determinado. Quando se trata de bens (mercadoria), o que se produz e não se vende pode ser acumulado, quando não perecível, para ser consumido posteriormente. Essa possibilidade não tem vigência no caso dos serviços, porque cada vez que expira o tempo de duração de um serviço, sua oferta é renovada e se o serviço não é vendido, é perdido, uma vez que os serviços não vendidos não podem ser acumulados.

A oferta turística de uma localidade é constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação. (RUSCHMANN, 1997: 138).

A característica mais marcante da oferta turística é sua heterogeneidade e se constitui da justaposição de bens e serviços oferecidos aos turistas e consumidos por eles. Esses bens e serviços são agrupados em: atrações que são os recursos naturais e sócio-culturais e os equipamentos e serviços que correspondem aos alojamentos, serviços de alimentação, de entretenimento, de transporte na localidade e para acesso a ela, além da infra-estrutura básica do destino, que é imprescindível para a existência da atividade turística.

Para o turista, os produtos e serviços, apesar de serem fornecidos de maneira individual, integram a experiência da viagem como um todo, por isso, o planejamento da oferta turística de núcleos receptores deve considerar o desempenho isolado de cada um, integrando todos a um objetivo em comum que é oferecer ao visitante a melhor qualidade, no entanto, nem sempre os interesses são homogêneos. Logo, a melhor prática a ser adotada é propor uma atuação cooperada e centralizada a fim de facilitar a determinação de metas e estratégias para o desenvolvimento sustentável nas localidades turísticas.

Dada a transitoriedade dos serviços e considerando que a demanda é igualmente transitória para que um serviço turístico se transforme em oferta turística é imprescindível que o consumidor potencial conheça sua existência. Embora seja verdade que, do ponto de vista econômico, a oferta turística não pode ser outra coisa senão um bem ou um serviço, e traduzir esse conceito leva à dedução de que o produto turístico é formado pelos mesmos bens ou serviços que fazem parte da oferta.

O conjunto das atrações, serviços de apoio, hospedagem, equipamentos e tudo o mais que constitui a oferta turística de uma localidade configuram o produto que é oferecido ao mercado. (PETROCCHI,1998).

Os serviços vendidos ao turista são elaborados por um subsistema que é denominado de empreendimento turístico, integrado por dois elementos: equipamento (hospedagem, alimentação, entretenimento, outros serviços) e instalações (de água e praia, de montanha, gerais). Além destes recursos a atividade turística, também se vale de atrativos.

Como atrativo turístico considera-se todo elemento material que tem capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma localidade ou zona. (RUSCHMANN, 1997: 142).

Atrativos turísticos são a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento. (BOULLÓN, 2002: 57).

Logo, são os atrativos de uma destinação – sejam elas características naturais, artificiais ou eventos – que fornecem a motivação inicial para a visita. Os atrativos são considerados como o primeiro elemento da estrutura de produção do setor ao qual fica agregado o empreendimento turístico e a infra-estrutura, e esta última, é essencial para que o sistema turístico possa funcionar.

Os atrativos constituem a base sobre a qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico e, por isso, seu processo de planejamento não pode dispensar o inventário desses elementos e sua avaliação. (RUSCHMANN, 1997:142).

A avaliação dos atrativos turísticos determina o potencial turístico da localidade e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para o destino em questão, além de fornecer subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e a qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura a ser instalada.

3.2 Segmentação de mercado

No caso do ramo turístico, a melhor maneira de estudar e planejar o mercado é por meio da sua segmentação, que é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos e também a política de marketing que divide o mercado em partes homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores, ou seja, segmentar é organizar ou dividir alguma experiência em partes maiores ou menores.

Essa prática da segmentação de mercado possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, incluindo a elasticidade-preço da oferta e da demanda e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida. O motivo da viagem, entretanto, é o principal meio disponível para se segmentar o mercado.

Os maiores segmentos desse mercado, por afluência de turistas, são: turismo de lazer; de negócios ou compras; de eventos (congressos, convenções, feiras,

encontros e similares); terceira idade ou melhor idade; desportivo; ecológico; rural; de aventura; religioso; cultural; científico; gastronômico; estudantil; familiar e de amigos; turismo de massa, de saúde ou médico-terapêutico.

Com isso, o núcleo receptor pode se preparar adequadamente para receber os diferentes públicos, atendendo os anseios e as necessidades específicas de cada nicho específico de turista. Portanto, não se pode tratar o turista simplesmente como um turista, pois os objetivos do turista de aventura são normalmente muito diferentes do turista da terceira idade, assim como as suas necessidades de transporte, hospedagem, alimentação, lazer, entre outros.

3.2.1 Ecoturismo

A questão da segmentação é uma tendência muito forte no mercado atual, assim como o desenvolvimento do turismo de formas mais sustentáveis, criando novos produtos e conhecimentos que intensifiquem a experiência do turista e ao mesmo tempo, cumpram os critérios de sustentabilidade.

Diante dessa perspectiva, o ecoturismo é interpretado como uma modalidade de turismo sustentável, no qual o patrimônio natural representa o eixo mobilizador da atividade. Também conhecido como turismo verde ou turismo de natureza, trata-se de um segmento reconhecido como enriquecedor e valorizador, ao respeitar o meio ambiente e as populações locais.

A ascensão do ecoturismo tem sido uma questão controvertida no contexto do debate sobre turismo sustentável, mas essa atividade pode gerar recursos para a administração da área em que se situa o atrativo, bem como viabilizar a difusão de uma consciência ambiental, a partir do elemento lúdico e simbólico.

A partir dessa questão, surge a necessidade de participação, de a comunidade local estar articulada, de maneira que ela própria assuma a responsabilidade sobre o desenvolvimento do ecoturismo em sua área de inserção.

A organização das lideranças locais, muitas vezes, exige uma etapa prolongada de mobilização. Tal etapa é bastante complexa, uma vez que, freqüentemente, diversos

conflitos e disputas de valores e interesses são colocados em jogo e interferem na dinâmica social e política. Segundo Krippendorf (2000: 212), um turista responsável se rebela contra o mercantilismo irresponsável e a uniformidade praticados pela maioria dos métodos do turismo.

3.3 Planejamento e políticas públicas

O planejamento consiste na definição dos objetivos, na ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação dos métodos e formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização espacial das atividades e outras especificações necessárias para canalizar racionalmente a conduta de uma pessoa ou grupo.

O planejamento é uma atividade, não algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. (BARRETTO, 1991).

O turismo depende da população, em todos os aspectos, para a imprescindível hospitalidade e os investimentos necessários, assim, o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade. *Sem a participação e o firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento do turismo.* (PETROCCHI, 1998).

O planejamento turístico dos recursos naturais de notável valor paisagístico deve atender para o fato de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto de que sua conservação ecológica deverá estar equilibrada com o uso comum pelo povo, possibilitando a todos os cidadãos o contato com a natureza. *Os recursos naturais e culturais, facilmente ameaçados nas economias em desenvolvimento, apresentam-se como recursos econômicos de longo prazo e devem, por isso, ser protegidos e administrados.* (RUSCHMANN, 1993: 156).

Um dos caminhos apontados para um desenvolvimento consciente é o planejamento estratégico. Este instrumento se aplica com a identificação e tentativa de solução de

questões urgentes a fim de mudar rapidamente quadros conjunturais futuros, portanto, se pauta por estratégias integradas e em curto prazo.

De acordo com Souza (2002), o planejamento estratégico estabelece os grandes eixos ou bases para o desenvolvimento do turismo, podendo ser definido como o instrumento destinado a apontar os objetivos gerais do desenvolvimento com base local, as políticas públicas e as estratégias que nortearão os aspectos referentes aos investimentos tanto públicos quanto privados, que serão destinados ao uso e ao ordenamento dos recursos do território.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

As consequências do grande fluxo de pessoas nesses ambientes – extremamente sensíveis – fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresente como fundamental para evitar os danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade. Por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

A inexorável capacidade que o turismo tem de transformar os lugares, impondo às localidades sua lógica de organização do espaço envolve a toda a comunidade local, bem como ao meio ambiente que, por sua vez, é protegido pelo Estado por meio de políticas públicas.

Segundo Barretto (2003: 33), por políticas públicas se entende as ações do Estado orientadas pelo interesse geral da sociedade. O resgate da política pública é de fundamental importância para os rumos do setor do turismo, pois há uma intrínseca relação entre planejamento governamental e política pública, já que há uma notória necessidade de articulação da política de turismo com outras políticas setoriais bem como sua subordinação a políticas globais.

Cabe ao Estado construir a infra-estrutura básica urbana – que também atende a população local – e prover de uma superestrutura jurídico-administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o governo realiza retornem na forma de benefícios para toda a sociedade.

Souza (2002: 26) relata que planejamento público do turismo é uma espécie de resposta do poder público aos efeitos indesejados do desenvolvimento do setor e como não podem ser poucos, nem pouco importantes, os efeitos indesejados do turismo, há uma certa unanimidade em torno da necessidade do planejamento governamental da atividade nas diversas escalas do governo.

O processo de degradação dos ecossistemas é decorrente do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, caracterizado por uma ampla concentração de renda e degradação. No entanto, a compreensão de que esses ecossistemas são recursos a serem aproveitados e ao mesmo tempo conservados, vem sendo desenvolvida uma pressão da sociedade civil organizada por mais rigor na legislação ambiental brasileira.

A desconsideração da importância social das empresas e o resguardo da natureza somente para alguns, causando um processo de exclusão social, poderão, em longo prazo, trazer maiores prejuízos, sobretudo para as áreas que secularmente vêm sendo utilizadas de forma sustentável pelas populações tradicionais.

Sendo assim, para começar a aplicar um processo de planejamento em uma localidade, é preciso conhecer o meio onde o turismo será implantado e a ferramenta que permite esse conhecimento é o inventário turístico que consiste em um trabalho especializado que busca fazer o levantamento de toda a infra-estrutura turística de um determinado destino. Uma vez efetuado o inventário da localidade,

serão mostradas suas potencialidades e poderão ser apontados os limites para o aproveitamento turístico.

3.3.1 Inventário da oferta turística

O inventário consiste em obter um painel do sistema turístico que venha a orientar os programas de trabalho necessários e estes deverão minimizar ou eliminar as razões dos pontos fracos e potencializar os pontos fortes. Segundo Petrocchi, a qualidade do inventário turístico é um dos pontos determinantes de um bom trabalho de planejamento.

No entanto, o trabalho de inventário da oferta turística estava um tanto quanto esquecido por parte do governo federal, quando em 2003, foi criado o Ministério do Turismo e enfim, em 2006, uma equipe da Coordenação de Regionalização foi designada para desenvolver estratégias que possibilitassem a execução de uma inventariação em alguns municípios brasileiros que haviam sido abordados pelo Programa de Regionalização.

E assim, surgiu o Projeto Inventário da Oferta Turística que é uma das ações da equipe de Estudos, Pesquisas e Inventariação da Oferta Turística, subordinada ao Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo.

O Projeto de Inventário visa realizar o levantamento, a identificação e registro de infra-estrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos, sendo que os fatores referidos são distribuídos em módulos a fim de facilitar a coleta e a identificação dos dados para o pesquisador.

A inventariação é importante para obter informações de qualidade e de confiança para o planejamento; para o desenvolvimento adequado das potencialidades turísticas de uma região; para a otimização de recursos públicos, evitando a sobreposição de ações, a fim de conhecer características e a dimensão da oferta e assim, tomar iniciativas necessárias para o desenvolvimento do turismo visando à sustentabilidade.

O atual governo, na sua gestão anterior, deu vida nova a mais outro projeto muito importante, mas desta vez não se tratava de uma atividade específica do Ministério do Turismo, mas que poderia trazer benefícios a vários outros órgãos públicos, bem como à população envolvida.

A atividade em questão é o Projeto Rondon, uma ação governamental que envolve vários ministérios e visa o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação e à cidadania. Criado em 1967, durante o governo militar, o projeto coordenado pelo Ministério da Defesa, levou estudantes e professores de instituições de ensino superior para atuação em trabalhos sociais nas regiões mais carentes do país.

Desativado desde 1989, o projeto foi retomado em janeiro de 2005 após uma proposta encaminhada pela UNE - União Nacional dos Estudantes, ao Presidente da República e desde a concepção dessa idéia de retomar o projeto, a Amazônia já era vista como um destino preferencial.

Aproveitando tal oportunidade, o Ministério do Turismo inovou e promoveu uma ação-piloto ao propor a realização do inventário da oferta turística em oito municípios do Amazonas e um de Tocantins, em parceria com o Ministério da Defesa, por meio do Projeto Rondon, e com outros órgãos oficiais de Turismo. Essa iniciativa possibilitou o envolvimento de 5 estudantes do último ano de Turismo da União Pioneira de Integração Social - UPIS e outros 5 da Universidade do Estado do Amazonas - UEA na pesquisa.



Foto 01: Alunos da UPIS e Equipe do Ministério do Turismo.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

A tarefa dos estudantes era colher informações sobre a população do local visitado, o número de escolas, bares, restaurantes, os atrativos naturais e as atividades econômicas da região. Os estudantes pesquisadores, selecionados pelas IES - Instituições de Ensino Superior e previamente habilitados, preencheram formulários com as informações coletadas a partir de entrevistas com a comunidade e integrantes do setor público, privado e do terceiro setor. Esses dados foram validados, posteriormente, pelo Ministério do Turismo e Órgãos Oficiais de Turismo.

A inventariação da oferta turística é trabalhada no Brasil desde 1960, mas na década de 1980, a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo - começou a trabalhar a inventariação amparada pelo governo federal, chegando a publicar documentos. Na década seguinte, houve a apresentação de novas propostas de metodologia para a inventariação e em 2001, um novo material foi lançado pela Embratur e na ocasião, foram realizados cursos para capacitação de coordenadores.

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, as estratégias de inventariação foram readequadas ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no país, e então, em 2006, o Ministério do Turismo lançou o Projeto Inventário da Oferta Turística.

Os objetivos do Projeto Inventário da Oferta Turística são:

- Disponibilizar aos visitantes, planejadores e gestores, dados confiáveis sobre a oferta turística brasileira;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal;
- Coletar informações que subsidiem a elaboração de roteiros turísticos;
- Permitir o diagnóstico de deficiências, pontos críticos e de estrangulamento e os desajustes existentes entre a oferta e a demanda;
- Permitir a identificação e a classificação de municípios turísticos e com potencial turístico;
- Funcionar como equipamento de consulta para estudantes, empresários e pesquisadores.

Fonte: Ministério do Turismo. In: <http://www.turismo.gov.br/>. Acessado em Outubro, 2006

O processo de inventariação é baseado em parcerias com a própria comunidade local e ainda trata-se de um processo descentralizado, onde o Ministério do Turismo coordena a ação como um todo, mas conta com a coordenação mais específica dos Órgãos Estaduais de Turismo e das Instâncias de Governança Regionais, que são as responsáveis pela inventariação nas regiões turísticas

Neste processo, os Órgãos Municipais de Turismo coordenam a inventariação no município; as Instituições de Ensino Superior são as responsáveis pelas pesquisas; os professores orientadores acompanham os trabalhos dos estudantes pesquisadores e estes, por sua vez, realizam pesquisas de gabinete e de campo. No entanto, há critérios para seleção das Instituições de Ensino Superior envolvidas no processo, uma vez que a instituição escolhida deve ter a credibilidade necessária, já que a informação coletada pelos alunos contribuirá para a qualificação dos futuros profissionais.

Portanto, para participar do projeto, as Instituições de Ensino deveriam apresentar alguns pré-requisitos, como: ter curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou com o protocolo de reconhecimento já encaminhado e ter, no mínimo, uma turma do curso já formada.

Os recursos utilizados para o desenvolvimento da inventariação baseados no Projeto Inventário da Oferta Turística são instrumentos de pesquisa, como formulários e manuais e também os sistemas PREINV, inicialmente, e INVTUR, idealizado após a viagem à Amazônia.

A sistemática do PREINV fez parte das ações do Macroprograma IV: Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, no âmbito do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil. Na ocasião em que foi proposto o Macroprograma, foi definido que o Projeto de Inventário deveria elaborar e estabelecer uma metodologia oficial, de forma unificada, a fim de inventariar a oferta turística por meio da avaliação e hierarquização de informações de interesse turístico. Após alguns meses da criação do PREINV, a intenção era colocar o INVTUR no ar, pois este seria a finalização do sistema e de canais de disseminação e disponibilização de dados e informações turísticas, no entanto, este sistema ainda não foi finalizado.

A concretização do Projeto Inventário da Oferta Turística na Amazônia Legal foi realizada por meio da parceria do Ministério do Turismo com o Projeto Rondon. Os municípios envolvidos na Operação de 2006, em alguns casos, estavam habilitados a oferecer toda a logística para os alunos pesquisadores, como: transporte; alimentação; eventuais materiais de escritório; eventuais cópias reprográficas; hospedagem aos estudantes e professores.

No caso de Tefé, a hospedagem, a alimentação, o transporte e os materiais de escritório foram fornecidos pelo Ministério da Defesa, mais especificamente, pela 16ª Brigada de Infantaria de Selva, que na ocasião, estava sob a autoridade do General Brandão.



Foto 02: Equipe de Tefé na 16ª Brigada de Infantaria de Selva.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

Todos os rondonistas foram supervisionados pelo Comandante da Aeronáutica Alexandre Fernandez, que estava responsável pela coordenação do Projeto Rondon em âmbito nacional.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1 Sustentabilidade

Por sustentável, geralmente, se quer dizer desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem querer comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro. (SWARBROOKE, 2000: 3). Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao serem tomadas decisões e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento.

O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parcerias, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2002, 19).

Em 1987, surge o termo desenvolvimento sustentável, definido no Relatório de Brundtland como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

O Relatório de Brundtland foi o resultado de pesquisas realizadas entre 1983 e 1987 sobre a situação das degradações ambiental e econômica do planeta. Segundo a pesquisa, a pobreza e a deterioração ambiental são resultantes do contexto de causa recíproca, mas entende-se que ambas são conseqüências de um modo concentrador de produções econômica e espacial provenientes do capitalismo adotado por muitos países. Sendo assim, o conceito de sustentabilidade abrange os seguintes aspectos: social, econômico, cultural, ambiental e espacial.

Já a União Mundial para a Conservação, definiu o desenvolvimento sustentável da seguinte forma: um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou

esgotar os recursos que o tornam possível. Desta forma, os recursos podem servir às gerações presentes e futuras.

Embora polêmico, o interesse em adotar o desenvolvimento sustentável foi um grande avanço na sociedade, pois representou uma tentativa de conseguir o bem-estar aliado à segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Em meio a esse contexto, surgiu, também, o chamado turismo sustentável que objetiva atender às necessidades de lazer dos turistas e de desenvolvimento dos núcleos receptores, preservando o meio ambiente local.

Segundo o Tourism Concern (1992), o turismo sustentável opera de acordo com a capacidade de suporte dos pólos receptores, possibilitando a regeneração e reprodução dos recursos naturais, reconhecendo e incentivando a contribuição das comunidades locais por meio de suas manifestações culturais para o desenvolvimento turístico. Além disso, do ponto de vista do turismo sustentável deverá sempre haver uma distribuição eqüitativa dos benefícios econômicos advindos das atividades recreacionais, enfatizando a participação da população local na tomada de decisões.

Atualmente, promover o desenvolvimento sustentável de uma região é o que a torna atraente para turistas. Os viajantes de hoje já não buscam apenas o conhecimento de paisagens alucinantes, mas sim compreender as tradições locais e a cultura de cada local visitado.

A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova disposição de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento sustentável, baseado na definição de problemas orientada pela própria sociedade, tem se fixado como terminologia-chave do discurso político. A questão é como as sociedades podem modelar seu desenvolvimento de maneira a preservar as pré-condições de desenvolvimento para as futuras gerações. (BECKER, 1997).

Segundo Irving (2002), o desenvolvimento sustentável pode ser percebido como uma contraposição conceitual à modernização, um paradigma que tem dominado as ciências sociais desde 1945, estruturando as políticas de desenvolvimento.

A prática do turismo sustentável é entendida como um descritor amplo para todos os tipos de turismo, baseado em recursos naturais ou produzidos pelo homem, centrado na noção da temporalidade, envolvendo as gerações presentes e futuras, no compromisso de conservação ambiental e valorização do patrimônio cultural e no engajamento das comunidades locais no processo de tomada de decisões, no sentido de construção do capital social. E em se tratando de patrimônio turístico, há duas vertentes: o patrimônio natural e o cultural.

4.2 Patrimônio turístico

Segundo Ruschmann, patrimônio natural é o conjunto de elementos da paisagem natural do sítio de um município, englobando a flora e a fauna, cuja preservação é imprescindível pelo seu significado para a identidade do mesmo.

O Patrimônio natural é extremamente frágil a explorações extensivas que podem alterá-lo de forma irreversível. Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, indispensável para o desenvolvimento sócio-econômico de algumas regiões brasileiras.

Para Pellegrini (1993: 96), patrimônio cultural é todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- formas de expressão;

- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas, e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Fonte: Ministério da Educação. In: <http://www.educacao.gov.br/>. Acessado em Outubro, 2006.

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que dá a consciência de pertencer a um grupo. Desta forma, cada lugar é definido por sua própria história e pelas relações com as forças do presente, que dão suporte ao desenvolvimento da comunidade local.

As comunidades locais são compostas por todas as pessoas que vivem numa destinação turística. (SWARBROOKE, 2000: 60). A idéia de comunidade é uma visão de local aconchegante, confortável, no qual pessoas vivem numa área onde compartilham um senso de propósito e identidade, sugerindo estabilidade e consenso, tratando-se de um conceito atraente num mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns.

4.3 Os impactos gerados pelo turismo

O turismo, ao ser instituído em uma região, pode provocar reações negativas, não só no que se trata de desgastes de recursos naturais, mas também, pode acarretar problemas à própria população residente no momento em que ocorre o envolvimento, a troca de experiências de vida entre o turista e a comunidade local de uma forma indevida, portanto, enquanto o turismo é estabelecido em uma área, várias medidas preventivas devem ser tomadas com o intuito de preservar os atrativos e a própria localidade.

Quando um atrativo recebe um número de visitantes superior ao que sua área pode comportar, várias conseqüências são acarretadas no local em virtude dessa ação, por isso, é importante delimitar a quantidade de pessoas que o atrativo tem condições de acolher. Magalhães (2002:126) define capacidade de carga como o estabelecimento de um limite de utilização dos atrativos como uma contribuição efetiva na minimização dos custos ambientais e na otimização dos benefícios do desenvolvimento turístico local, tanto para a comunidade como para o ambiente físico.

A determinação da capacidade de carga é a primeira fase de um processo de planejamento turístico, uma vez que o cuidado com a proteção ambiental e com o bem-estar da comunidade é inquestionável nos conceitos adotados pela prática sustentável, pois remete à forma racional de utilização dos patrimônios natural e cultural. A base de cálculo da capacidade de carga é a divisão entre a dimensão da área turística pela área média para cada visitante.

O meio ambiente é a base da atividade turística, apresentando, ao mesmo tempo, oportunidades e limitações, por isso, a capacidade de carga está se tornando um fator cada vez mais presente em projetos turísticos contemporâneos.

Os efeitos da atividade turística são reconhecidos como impactos ambientais, sócio-culturais ou econômicos. O CONAMA, na Resolução 001/86, define impacto ambiental como:

... qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetem: - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. (UNIÃO EUROPÉIA, 1994:36).

Já os impactos sócio-culturais do turismo ocorrem, geralmente, de maneira vagarosa e discreta e se caracterizam, em grande parte, como sendo invisíveis e intangíveis. Contudo, o impacto social do turismo é permanente, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter mudanças já ocorridas. Sempre que o impacto social do

turismo sustentável é considerado o foco, ele normalmente ocorre sobre a comunidade local e tem despertado um desejo quase paternalista de proteger as comunidades dos excessos e efeitos negativos do turismo.

Os impactos gerados pelo turismo divergem dos gerados por outras atividades econômicas, em virtude de que estes afetam diretamente os recursos, que são a razão da existência da atividade turística. (MAGALHÃES, 2002: 127).

Os efeitos econômicos gerados pela atividade turística nas localidades receptoras podem ser analisados de acordo com a determinação de desenvolvimento no qual se encontra a área que está sendo observada. O turismo tem sido apontado como uma das formas para o desenvolvimento econômico de muitos países, por isso, muitos governos consideram o turismo como tábua de salvação e estimulam a implantação da atividade sem considerar as adequações necessárias às dimensões, ao tipo e ao nível da nação.

Para Ruschmann (1997:41), nos últimos anos, percebe-se uma conscientização maior no sentido de avaliar se o desenvolvimento do turismo ocorrerá sem comprometer outros aspectos da economia, ou se criará novos problemas, relacionados com o meio ambiente natural e sócio-cultural.

5. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos, como o Brasil. Isso porque, segundo Ruschmann (2002: 109), o desenvolvimento de um país e o turismo, em particular, dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o desenvolvimento de uma atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada.

Mundialmente, o desenvolvimento turístico apresenta uma série de desafios que põem à prova a capacidade de adaptação de empresários e o controle estatal da atividade. Dentre outros, destacam-se:

- um número maior de destinações competindo entre si pelos mercados domésticos e internacionais;
- movimentos preservacionistas do meio ambiente, que exerçam influência nos projetos turísticos públicos ou privados;
- países em desenvolvimento que necessitam urgentemente de incentivos econômicos, a fim de melhorar a qualidade de vida de suas populações;
- destinações turísticas que atingiram o ponto de dependência total do turismo e para viabilizarem-se economicamente, necessitam de grande número de turistas (turismo de massa);
- problemas resultantes do crescimento descontrolado, que exigem soluções urgentes e tornam imprescindível o empreendimento de ações sistemáticas e coordenadas em todos os níveis, a fim de garantir ao turismo um desenvolvimento qualitativo, que preserve a atratividade das destinações.

O caráter finito da qualidade dos recursos em ambientes naturais e os custos e benefícios do desenvolvimento turístico para as populações e seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam ser resolvidos. Um dos mais marcantes,

segundo Ruschmann (2002: 111), ocorre entre os efeitos econômicos da atividade e os interesses individuais de curto prazo dos poderes públicos, ou seja, as duas vertentes precisam estar interligadas para promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável das atrações turísticas. Este deverá ocorrer em etapas e de forma gradual, favorecendo o acompanhamento e o controle da sua evolução.

6. TEFÉ

6.1 A origem da cidade e suas características

Nos primórdios de sua história, Tefé era habitada basicamente por índios, com destaque para as tribos dos Tupebas ou Tapibas, da qual se originaria o nome Tefé. Esses povos viviam em liberdade e em harmonia com a natureza, mas quando as expedições de Cristóvão Colombo, em 1492, e Pedro Álvares Cabral, em 1500, chegaram às terras tupiniquins, ocorreu uma mudança total no cotidiano dos povos indígenas, com a chegada de espanhóis e portugueses no continente e na região que seria o Amazonas.

O espanhol Francisco Orellana veio a desbravar o Amazonas e iniciou sua expedição em 1539, quando atacado por índias guerreiras e que lembravam as famosas amazonas da mitologia grega, batizou o grande rio da região como Amazonas.

Em 1709, Portugal elevou Tefé à categoria de vila, sendo dado o nome de Vila de Ega, a princípio. Essa região fazia parte da Capitania de São José do Rio Negro. Em 1833, por ocasião da divisão territorial, o governo da província do Pará obtém o controle de Ega e ignora a denominação Vila de Ega, restituindo o nome de Tefé.

Em 15 de Junho de 1855, Tefé foi elevada à categoria de cidade pela resolução nº. 44 desta mesma data, ficando estabelecido o nome que perdura até hoje. A cidade ainda foi administrada por superintendentes até 1921, quando passou a ter prefeitos.

Tefé é um das cidades mais antigas do Amazonas e está localizada a 663 quilômetros por via fluvial da capital do estado, Manaus. Situada em plena Planície Amazônica, na região do médio Solimões, Tefé é um importante entreposto abastecedor de todos os municípios da região, uma cidade-pólo do estado e sua população corresponde a 70.809 habitantes distribuídos em uma área de 23.704 quilômetros quadrados.



Foto 03: Porto de Tefé.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

O clima é equatorial com temperaturas elevadas o ano todo, onde sua população conhece apenas duas estações: o inverno chuvoso de fevereiro a junho e o verão de julho a outubro, período do aparecimento das praias. As atividades econômicas mais importantes para a população são a pesca, a agricultura, algumas indústrias e a prestação de serviços.

No centro da cidade, há vários hotéis de pequeno porte e de caráter familiar que oferecem comidas típicas da região no cardápio, sendo que os que mais se destacam são: Hotel Anilces, Ega's Hotel e Monte Carlo Hotel.

Os restaurantes mais expressivos da cidade são: Restaurante Stylo's, Trapiche, Kipapo, Petisco, Pizzarias Toya e Gato Azul. A maioria dos restaurantes oferece pratos da culinária típica da região.

Existem muitas expressões culturais no município, dentre elas as festas de Santa Teresa, padroeira da cidade, que são realizadas no mês de outubro, as quadrilhas que ocorrem em junho e as diversas festas em homenagem a outros santos dos bairros da periferia.



Foto 04: Igreja de Santa Teresa

Fonte: Portal Tefé. In: <http://www.portaltefe.com.br>. Acessado em Fevereiro, 2007.

Na época da seca, surge uma interessante opção de passeio pelo Lago Tefé, onde se pode pegar uma catraia (canoa motorizada) no porto, e assim, visitar as praias que se formam nas áreas próximas ao Lago.



Foto 05: Lago Tefé

Fonte: Portal Tefé. In: <http://www.portaltefe.com.br>. Acessado em Fevereiro, 2007.

A praia de Nogueira fica localizada à margem esquerda do Lago Tefé e atrai muitas pessoas nessa estação do ano, marcada pelo forte calor. Outro passeio indispensável é a visita à uma vila chamada Missão, onde a cidade foi fundada e é conhecida por sua igreja e mosteiro históricos.



Foto 06: Missão

Fonte: Portal Tefé. In: <http://www.portaltefe.com.br>. Acessado em Fevereiro, 2007.

O mercado local também é um atrativo muito interessante que retrata bem a realidade do município, pois há a comercialização de frutas locais e comidas típicas. Ao lado das instalações do mercado, há a Muralha, que fica às margens do Lago Tefé e também é caracterizada como um local histórico de Tefé por ter sido um mosteiro, na época da fundação da cidade.

A cidade oferece lazer e entretenimento por meio das festas nas danceterias que caracterizam as melhores oportunidades de conhecer a cultura local. Há a prática de muita dança regional, como forró, brega e outras manifestações culturais, como o boi-bumbá. As principais danceterias são: Tropical e Monte Carlo.



Foto 07: Manifestação Folclórica em Tefé.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

Mas dentre todos esses atrativos, nenhum é mais visitado que o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que encanta a turistas estrangeiros e brasileiros por sua particularidade em desenvolver estrategicamente um turismo consciente em parceria com a comunidade local, tornando-se um ícone mundial em sustentabilidade.

6.2 Mamirauá: um exemplo de sustentabilidade

Tefé é o portão de entrada para a Reserva Mamirauá e também é a cidade que abriga a base do Instituto. Mamirauá é uma unidade de conservação estadual localizada no médio Solimões e foi declarada uma área protegida primeiramente em 1990, como Estação Ecológica. Em 1996, depois da publicação do Plano de Manejo, foi categorizada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, combinando a conservação da área com o uso manejado de recursos pela população local.



Foto 08: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

Mais tarde, em 1999, a reserva se tornou o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM - com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de implementação que já vinham sendo realizados pelo projeto inicial. Em 7 de julho de 1999, por decreto presidencial, foi qualificado como Organização Social.

O IDSM tem por missão o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, através de manejo participativo, possa ser mantida a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos. O Instituto, em parceria com o Estado, gerencia a Reserva e para fazê-lo, ele conta com mais de cem pesquisadores, extensionistas e equipe administrativa.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de florestas inundadas;
- Promover o desenvolvimento sustentável da Região em articulação com a população local;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Desenvolver ou financiar estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais das florestas inundadas;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o sistema nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ ou privadas, cujo objetivo coincida ser a conservação, a preservação e a melhoria do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nas florestas inundadas da Amazônia;

- Realizar e executar projetos próprios ou de terceiros, realizando eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à conservação e preservação do meio ambiente Amazônico;
- Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias e adquirir no país e no exterior, materiais, componentes, equipamentos e serviços para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em associação com centros de pesquisa e/ ou entidades nacionais e estrangeiras.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: <http://www.mamiraua.org.br/>. Acessado em Março, 2007.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá completa em 2007, 17 anos de fundação e o resultado da contribuição para o desenvolvimento sustentável da região em que se localiza foi ampliado ao longo do tempo, conforme pode ser verificado pelo histórico apresentado a seguir:

- 1990 - O Estado do Amazonas funda a Estação Ecológica Mamirauá nas florestas inundadas da Amazônia Central.
- 1992 - A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) é criada em Tefé por pesquisadores de várias instituições Amazônicas.
- 1993 – A Estação Ecológica Mamirauá (EEM) torna-se uma das 5 áreas da Convenção Ramsar (Conservação e uso racional de Zonas úmidas) pelo Brasil.
- 1994 - 1996 – O Estado do Amazonas cria uma nova categoria de área protegida, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Mamirauá se torna a primeira sob a nova legislação.
- 1996 – A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) publica o primeiro plano de manejo para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM).
- 1996 - 1997 – A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) coordena o componente Parques e Reservas do PPG7 e propõe a criação dos 7 corredores para a proteção das florestas tropicais do Brasil.
- 1998 - O Governo do Estado do Amazonas decreta a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, uma proposta elaborada pela Sociedade Civil Mamirauá unindo Parque Nacional Jaú e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
- 1999 – O Presidente Fernando Henrique Cardoso qualifica o Instituto Mamirauá como Organização Social ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

- 1999 – O Instituto Mamirauá para o Desenvolvimento Sustentável é criado em Tefé.
- 2000 – A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é incorporada no SNUC e aprovada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: <http://www.mamiraua.org.br/>. Acessado em Março, 2007.

A sede do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) está localizada na cidade de Tefé, no estado do Amazonas, a 525 quilômetros de Manaus, no lado direito do Rio Solimões.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ainda desenvolve um programa por meio da Coordenação do Programa Qualidade de Vida – CQV, que está subordinada à Diretoria das Alternativas Econômicas e integrada à Coordenação da Organização Política e Sócio-Econômica – COPSE do Instituto.

As ações deste programa estão construídas com o propósito de assegurar melhores formas de adaptabilidade humana aos ecossistemas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) e Amanã (RDSA), contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo sobre o uso sustentado dos recursos naturais e para o fortalecimento de ações vinculadas às políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Todas as ações do programa são definidas com base nos resultados das pesquisas sociais, econômicas e ambientais que são realizadas pelo IDSM por meio de pesquisas que são fundamentadas na integração entre os saberes tradicionais locais e os saberes científicos, com tomadas de decisões por processos participativos e com gestão comunitária dos investimentos sociais.

E para alcançar seus objetivos o programa está estruturado em cinco linhas de ação:

- Educação Ambiental;
- Educação para Ciência;
- Saúde Comunitária;

- Tecnologias apropriadas;
- Comunicação

As ações são desenvolvidas e monitoradas por equipes multidisciplinares que estão continuamente recebendo capacitação para o desempenho no uso de metodologias participativas, reajustando estratégias a partir dos resultados do monitoramento e redefinindo metas.

Os principais indicadores para avaliação anual do programa são:

- Redução do índice de mortalidade infantil;
- Redução dos índices de poliparasitismo intestinal;
- Percentual de alunos da primeira a quarta séries, das comunidades das reservas Mamirauá e Amanã, beneficiados com material institucional de Educação Ambiental;
- Número de iniciativas de educação ambiental nas comunidades (destino do lixo, arborização da comunidade, diminuição das invasões internas das comunidades, lagos e praias);
- Número de alunos das escolas urbanas e rurais de ensino fundamental e ensino médio participando das atividades de educação para ciência;
- Distribuição percentual dos temas de palestras, resultantes das diversas atividades sobre manejo sustentado dos recursos, apresentadas à população rural e urbana.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: <http://www.mamiraua.org.br/>. Acessado em Março, 2007.

No entanto, Mamirauá também sabe explorar a beleza cênica do local em que está situado, então com o intuito de promover estratégias para a sustentabilidade do Instituto e proporcionar uma fonte de renda para a população local, foi desenvolvido um programa de ecoturismo, idealizado como uma das alternativas econômicas ao uso tradicional de recursos naturais. Para atingir seus objetivos, o programa promove a participação da comunidade em tomadas de decisão, promove a capacitação e utilização da mão-de-obra local, venda de artesanato e compra de produtos agrícolas.

Diante dessa perspectiva, o Instituto idealizou a Pousada Flutuante Uacari, que centraliza as atividades de ecoturismo e conta com 10 suítes, onde cada uma delas tem cerca de 25 metros quadrados e possui varanda, energia solar, chuveiro de água quente e sistema de filtragem de dejetos.



Foto 09: Pousada Uacari

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

As suítes são ligadas entre si por meio de passarelas flutuantes e no flutuante central, os hóspedes encontram o restaurante, uma sala para vídeos, uma pequena biblioteca, sala para palestras, deck e a área de lazer, que também conta com uma piscina de água natural, protegida por telas.

A alimentação é tipicamente regional, oferecendo um cardápio rico em peixe, frango, frutas e sucos típicos da região. A pousada não serve carne vermelha e há um cardápio vegetariano opcional, que deve ser solicitado com antecedência pelo hóspede para que a equipe de cozinha disponha de todos os recursos para atender de maneira adequada às preferências do visitante.

A programação turística em Mamirauá oferece atividades que incluem passeios com guias locais em canos, lagos e trilhas para a observação da fauna amazônica; visitas às comunidades locais para conhecimento do modo de vida das populações

ribeirinhas, além de oferecer a oportunidade de conhecer o trabalho de um projeto de conservação pioneiro no Brasil. Os pacotes incluem traslados em Tefé até a Pousada Flutuante Uacari, pensão completa e passeios com guias, além da hospedagem.

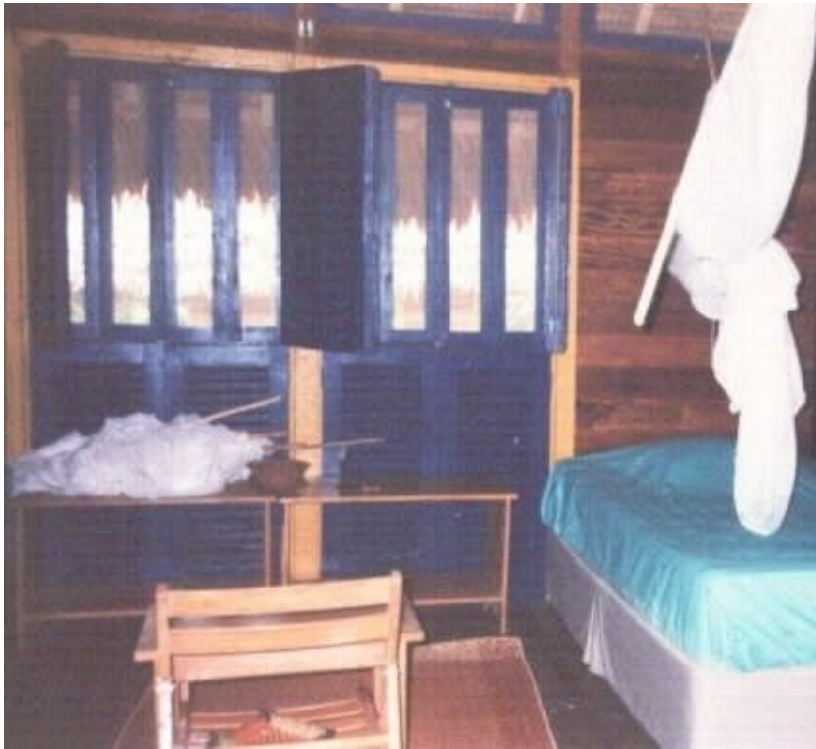


Foto 10: Interior de uma unidade habitacional em Mamirauá

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

A área a ser visitada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é parte de um ecossistema de várzea, onde há uma floresta inundada por rios amazônicos ricos em sedimentos. Nos passeios a lagos e canos, são usadas pequenas embarcações chamadas voadeiras e canoas. Na época da seca, é possível caminhar nas trilhas que dão acesso à floresta.

Logo à esquerda da Pousada Flutuante Uacari, é possível observar a existência de quatro comunidades ribeirinhas, que juntas, formam o Setor Mamirauá. A proximidade da Reserva com a comunidade local proporciona uma oportunidade de interação entre os turistas e os moradores, onde ambas as partes se beneficiam com a troca de experiências de vida e de costumes.

Por meio desse contato é desenvolvida a venda de produtos artesanais, muitos deles fabricados pelas mulheres das comunidades, o que representa uma manifestação cultural e também uma atividade econômica, pois possibilita um acréscimo na renda familiar das comunidades. A população local, também participa das atividades de ecoturismo por meio de prestação de serviços como guias e auxiliares durante os passeios.

Devido a tantas oportunidades que são proporcionadas para a comunidade local e devido à sua preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, Mamirauá tem se destacado como um destino turístico ecologicamente correto, e tem tido bons resultados principalmente porque antes de implementar a pousada, realizou um estudo de planejamento por meio do inventário da oferta turística de Tefé e ainda, mobilizou e motivou a população ribeirinha para participar ativamente do processo de turistificação da área, ao evidenciar que a prática do ecoturismo na região traria inúmeros benefícios econômicos para ambas as partes, e o mais importante, sem degradar os recursos naturais da área.

6.3 A Operação Amazônia

Ao solicitar a retomada do Projeto Rondon, a UNE - União Nacional de Estudantes, propôs, inicialmente, ao governo federal, a realização de viagens a municípios da Amazônia Legal, tendo em vista que grande parte da população carente do país está concentrada naquela região e denominou a ação governamental de Operação Amazônia 2006, e tal solicitação foi acatada. Sendo assim, por meio do Ministério da Defesa, várias Instituições de Ensino Superior se deslocaram até o estado do Amazonas, onde cada aluno tinha um determinado papel a desempenhar e especificamente, em Tefé, estavam envolvidas as seguintes universidades:

- UFV (Universidade Federal de Viçosa): representada pelas professoras Maria Isabel Botelho e Eveline Torres que acompanharam o desempenho de 6 estudantes dos cursos de Administração, Direito e Educação Física;
- UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul): representada pelos professores Paulo Soares e Rosa Asmus que coordenaram as atividades de outros 6 estudantes dos cursos de Administração, Turismo, Biologia, Zootecnia e Direito;

- UEA (Universidade Estadual do Amazonas) que foi representada por 4 alunos de Pedagogia;
- UPIS (União Pioneira de Integração Social): representada pelo professor Fernando Sobrinho que auxiliou 2 estudantes do curso de Turismo na execução da pesquisa do inventário da oferta turística de Tefé.

Dessa forma, cada universitário envolvido com a ação do Projeto Rondon contava com o apoio e o auxílio de dois professores previamente habilitados e orientados para oferecerem o suporte acadêmico e o apoio psicológico necessários, uma vez que a Operação Amazônia teve início em 03 de fevereiro e foi finalizada em 19 de fevereiro de 2006, ou seja, trata-se de um período longo em que os estudantes se viram longe de casa, dos familiares e com um importante papel a desempenhar, não somente como alunos, mas também como cidadãos.

O objetivo do Projeto Rondon em 2006, que cobriu municípios do interior do Amazonas e do Tocantins, era proporcionar aos jovens a oportunidade de conhecer e aplicar seus conhecimentos acadêmicos nas comunidades visitadas. Os grupos organizaram oficinas de coleta seletiva de lixo e de reciclagem de materiais, ministraram palestras sobre legislação e saúde e realizaram atividades educativas e lúdicas com crianças das comunidades visitadas.

No caso dos alunos de Turismo, posteriormente à viagem, ainda havia mais uma missão a cumprir: a inserção dos dados coletados na pesquisa de inventariação em um sistema idealizado pela CTIS em parceria com o Ministério do Turismo e então, após essa tarefa, um ofício expedido pela Coordenação de Regionalização foi enviado às respectivas prefeituras informando a relação de informações completa que havia sido registrada pelos estudantes. Dessa forma, as prefeituras deveriam confirmar as informações coletadas e vale ressaltar que dentre todos os municípios envolvidos, o único que foi validado pela sua prefeitura foi Tefé.



Foto 11: Aluno da UFV ministrando palestra sobre legislação ambiental para a comunidade de Tefé.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

6.4 Execução da pesquisa da oferta turística

Segundo Braga (2007:71), *o trabalho de inventário serve de fundamento para a caracterização do município ou do empreendimento turístico*. Essa fase exige a aplicação de critérios científicos para garantir a confiabilidade dos dados. A caracterização geral representa o elemento introdutório que vai descrever os elementos básicos da localidade, ou seja, o objeto do planejamento, que pode ser estruturado pela compilação de dados de fontes secundárias referentes à localização, ao histórico, aos aspectos econômicos e sociais, à legislação e à estrutura político-administrativa.

Braga (2007:74) afirma, ainda, que o método observacional é o mais adequado para a coleta de dados da oferta turística, pois baseia-se na observação simples de forma

que o pesquisador se mantém alheio à situação em estudo para constar fatos. Para o inventário da oferta turística, é imperativa a observação direta, na qual uma equipe fará o trabalho de campo para localização e descrição de todos os elementos do núcleo turístico.

Dessa forma, a pesquisa de inventário da oferta turística em Tefé foi realizada por alunos de Turismo da UPIS – União Pioneira de Integração Social e a estratégia em campo adotada pelos alunos, a fim de trabalhar com mais eficiência e buscando otimizar o tempo, foi dividir os formulários fornecidos pelo Ministério do Turismo. Ao estudar o mapa da cidade e à medida que os alunos tomavam conhecimento da dimensão de Tefé, era feita a seleção dos estabelecimentos que deviam ser pesquisados, portanto, foi estipulado que a cada dia seria preenchido e pesquisado um tipo específico de formulário.

A princípio, a Secretaria de Educação foi a instituição selecionada para pesquisa, pois o Sistema Educacional era bastante abrangente, apresentando um vasto número de escolas. Posteriormente, foi pesquisado acerca do Sistema Médico-Hospitalar que também era bastante amplo. Havia uma preocupação por parte dos estudantes em priorizar os formulários que forneciam um conteúdo maior, com o intuito de não acumular o trabalho para os últimos dias da Operação Amazônia.



Foto 12: Secretaria de Educação de Tefé.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

Logo no 2º dia da pesquisa, houve uma reunião com o Prefeito e com todos os Secretários. Nessa ocasião, os alunos foram apresentados e foi ressaltada a importância do trabalho do inventário da oferta turística no município. A receptividade dos Secretários foi muito positiva, principalmente da Secretária de Turismo e Meio Ambiente, Lionilde Gonzaga e também do Secretário de Saúde, Dário Vicente, que logo teve que se ausentar da cidade em decorrência de uma viagem que teria que fazer, mas designou uma funcionária da Secretaria de Saúde que também era enfermeira do Hospital São Miguel, chamada Carolina, para atender aos alunos e disponibilizar materiais a respeito do Sistema de Saúde local.

A Secretaria de Turismo não atua sozinha no município, pois está inserida na Secretaria de Meio Ambiente, também. E em se tratando da questão do inventário, o município não estava consciente da importância do trabalho proposto pelo Ministério do Turismo, portanto, foram realizadas várias palestras com a comunidade e com o *trade* turístico da cidade sobre sensibilização dos agentes públicos. Nessa oportunidade, foi discutido acerca de Políticas Públicas, Patrimônio Cultural e Natural e Conscientização Ambiental.

A Amazonastur, que é o Órgão Oficial de Turismo do estado do Amazonas, não chegou a informar à Prefeitura de Tefé que dois alunos de Turismo iriam trabalhar na questão do inventário turístico no município, conforme havia sido estabelecido em reuniões do Ministério do Turismo com a Faculdade UPIS e também não foram repassadas informações fundamentais à Secretaria de Turismo de Tefé, como a transição do Programa de Municipalização do Turismo para o Programa de Regionalização do Turismo.

O trabalho de inventariação foi executado por meio de uma sistemática desenvolvida pelos próprios alunos que puderam contar, também, com o apoio do Professor Fernando Sobrinho que ofereceu o suporte necessário aos estudantes ao longo da execução da pesquisa.

Em relação aos formulários que foram fornecidos pelo Ministério do Turismo e que deveriam ser preenchidos com os dados e informações coletados durante a inventariação, estes eram muito amplos, continham muitas opções que os estabelecimentos do município não obtinham, por isso, foi sugerido pelos alunos,

posteriormente à viagem, em uma reunião com o Ministério, que deveriam ser feitas alterações nos formulários no sentido de olhar para o município de uma forma mais restritiva e direta. Por exemplo, em Tefé, o meio de transporte mais usado era o moto táxi, mas essa opção nem sequer existia no formulário relacionado a transportes.

Segundo a análise dos estudantes pesquisadores, os formulários não deveriam ser iguais para todas as regiões do Brasil. Devia haver um tipo de formulário específico para cada região, porque cada estado do país possui características muito peculiares.

Os manuais, também fornecidos pelo Ministério do Turismo, a fim de auxiliarem no preenchimento dos formulários, foram de suma importância para a realização da pesquisa, enfim, o material em geral era muito eficaz e fácil de manusear.

Em suma, as percepções que os alunos tiveram em relação ao trabalho desenvolvido em Tefé foram as melhores possíveis, uma vez que o Projeto Rondon foi capaz de proporcionar uma experiência de vida única e incomparável para todos os estudantes, que ao realizar as atividades de um pesquisador em campo tiveram a oportunidade de conhecer a realidade do povo da região amazônica e ainda, reconheceram a importância que a inventariação turística tem para um município, além do que a comunidade de Tefé foi muito receptiva, facilitando o desempenho do trabalho dos estudantes.

Nessa ocasião, o poder público também se esforçou para atingir suas metas, mesmo em meio a muitas dificuldades, afinal de contas, o Projeto Inventário da Oferta Turística em parceria com o Projeto Rondon foi uma ação-piloto que resultou em uma atividade bem sucedida e completamente viável após a conclusão das tarefas solicitadas.

Antes da iniciativa do Ministério do Turismo, nenhuma outra instituição governamental havia feito uma pesquisa de inventário turístico no município de Tefé, em âmbito nacional, no entanto, muitos participantes do Projeto Rondon de 2006 já haviam visitado a localidade no ano anterior com o objetivo de executar atividades mais voltadas para recreação, práticas agrícolas sustentáveis e inclusão social da

população carente. Sendo assim, muitos deles deram continuidade ao trabalho desempenhado em 2005.

Entretanto, os alunos de Turismo foram a campo exclusivamente com o propósito de efetuar a pesquisa de inventário, e durante essa ação, foi utilizada toda a logística e a estrutura oferecida pelo Rondon, e dessa forma, eles foram totalmente inseridos nas equipes das outras instituições envolvidas na Operação Amazônia.

A população local foi muito receptiva com todos os estudantes que participaram do Rondon, fato que demonstra que as atividades desempenhadas em 2005 renderam bons frutos e motivaram ainda mais os participantes da edição de 2006. Sendo assim, os alunos de Turismo não se restringiram apenas às tarefas acadêmicas, pois ao finalizar a pesquisa de inventário, eles se juntaram às demais instituições de ensino e auxiliaram no desempenho das atividades voltadas para o lazer, educação, cidadania e inclusão social de comunidades carentes e indígenas. Como exemplo dessas atividades podem ser citadas:

- Dia de recreação com crianças carentes, onde uma rua do centro da cidade foi bloqueada para a passagem de veículos exclusivamente para proporcionar a realização das atividades de lazer e entretenimento com as crianças. Foi utilizada, também, a quadra de esportes da Escola de Ensino Fundamental Frei André para que as crianças pudessem praticar esportes em geral com segurança e na ocasião, foi relatado acerca da importância dos esportes para a saúde e para o bem-estar do ser humano, uma vez que alunos de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa estavam à frente desta ação;

- Visita às comunidades indígenas nos arredores de Tefé, onde também foram realizadas atividades de lazer e recreação, e ainda, como uma das militares que acompanhavam nosso grupo, a Tenente Giovanna Chiecco, era também odontóloga, foi possível realizar uma oficina de saúde bucal, onde crianças e adultos aprenderam bastante acerca da importância da higiene bucal e receberam todo o material necessário para manter esse hábito posteriormente à visita, uma vez que muitos deles não têm acesso a artigos de higiene em geral, pois vivem da subsistência da área onde vivem e não possuem meios de deslocamento de

maneira acessível. Neste mesmo local, também foram realizadas oficinas de educação sexual para os adultos e houve a distribuição de preservativos.

As atividades citadas acima também foram desempenhadas nas comunidades ribeirinhas situadas nos arredores de Tefé, e estas visitas impressionaram muito aos estudantes, uma vez que não havia nenhuma higienização no local, nem saneamento básico, o lixo era despejado no mesmo local em que as crianças brincavam e tal situação demonstrou o quão abandonadas estão estas comunidades que não possuem nenhuma assistência governamental ou filantrópica.



Foto 13: Imagem de uma obra abandonada no centro de Tefé.

Fonte: a autora, fevereiro de 2006.

Assim como estas comunidades carentes, toda a população de Tefé sofre com o descaso do poder público. A cidade chega a ter algum potencial turístico devido à sua riqueza histórico-cultural e por abrigar parte da Floresta Amazônica, que fica um pouco restrita em reservas ecológicas, como em Mamirauá, no entanto, não há uma infra-estrutura básica para receber os turistas, uma vez que não há serviços de saneamento básico nem coleta de lixo adequada em muitos bairros do município. A população sofre com os dejetos orgânicos expostos nas ruas e o acesso à cidade

também é difícil, uma vez que só se chega a Tefé por via aérea ou fluvial que são dois tipos de transporte relativamente caros em nosso país.

Sendo assim, a melhor solução para implementação do turismo em Tefé seria realizar um planejamento estratégico voltado para as práticas sustentáveis, que são tão bem aplicadas em Mamirauá. Mas para isso, o primeiro passo já foi dado, quando houve o interesse do Ministério do Turismo em inventariar a oferta turística da cidade e a partir desse levantamento, o governo federal obteve subsídios para propor políticas favoráveis à atividade turística no município em questão.

Tal ação pode promover melhorias para toda a região, por isso, o governo local e a comunidade se mostraram tão receptivos aos rondonistas, pois todos reconhecem a importância do turismo enquanto vetor de desenvolvimento social e econômico de uma localidade.

7. A IMPORTÂNCIA DO INVENTÁRIO

7.1 Análise comparativa entre os destinos Foz do Iguaçu – PR e Porto Seguro - BA

Para que um destino turístico utilize seu patrimônio natural e cultural de maneira sustentável é preciso realizar um bom planejamento antes de lançá-lo no mercado. A princípio, deve-se executar a pesquisa de inventário turístico para identificar as potencialidades da localidade em questão, com a finalidade de transmitir ao turista a imagem que se deseja em relação ao destino, a partir da sua vocação turística.

Sendo assim, o inventário turístico age como identificador da rede hoteleira, gastronômica, do receptivo em geral, entre outras características do referido destino e também, por meio de todos esses dados que são coletados durante a pesquisa é possível fazer um levantamento da média de visitantes que o destino pode abrigar. Quando esse número de habitantes excede a sua capacidade máxima, o destino pode sofrer graves conseqüências.

Para solucionar tal problema, estratégias de planejamento e gerenciamento têm sido implementadas nas destinações mais frágeis ou de maior afluxo; na verdade, o planejamento e o gerenciamento são a chave para a garantia de que os fluxos turísticos e os recursos existentes sejam mais eficazes no atendimento da demanda.

A partir desse pensamento, muitos autores já difundiram os conceitos de ciclo de vida das destinações turísticas, mas foi em 1980, que Butler criou o conceito com base em marketing de produtos e segundo Ruschmann, aplicou-o para estudar o crescimento e o declínio dos equipamentos turísticos e das regiões nas quais estes se localizavam.

O estudo do ciclo de vida das destinações turísticas é um instrumento utilizado no planejamento turístico, direcionando as ações de acordo com a fase onde se encontra tal produto. O modelo proposto por Butler é dividido em seis momentos ou fases:

1. Exploração: poucos visitantes atraídos pelas belezas naturais e/ ou culturais e reduzidas instalações turísticas;
2. Envolvimento: pequeno envolvimento da população local em prover serviços turísticos; época ou estação turística já começa a ser constatada;
3. Desenvolvimento: chegada de grande número de turistas e o controle dos fluxos passa a ser gerido por empresas externas, observando-se também tensões entre habitantes locais e turistas;
4. Consolidação: o turismo se torna o principal setor econômico do local, mas as taxas de crescimento do número de visitantes começam a mostrar sinais de declínio;
5. Estagnação: o número máximo de visitante é atingido; o local torna-se fora de moda, há desvalorização em curso de propriedades e fuga de capitais;
6. Declínio: o poder de atração continua a cair; os visitantes se dirigem para outros locais e a área passa a depender cada vez mais de visitantes de um dia e recreações de fins de semana; a área de origem dos visitantes se retrai e se torna cada vez mais limitada.

Adotando a análise de Butler para identificar os estágios em que se encontram as destinações turísticas, um bom exemplo de localidade em consolidação é Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Foz é a cidade brasileira que mais recebe turistas estrangeiros por ano, segundo o Anuário Estatístico da Embratur de 2006.

Dessa forma, este destino vem se destacando no país como um modelo de turismo receptivo, onde pesquisas de inventário turístico são realizadas constantemente a fim de conhecer de maneira mais aprofundada a oferta turística com vistas a atender cada vez melhor aos turistas.

No período de janeiro a novembro de 2006, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu um total de 860.492 visitantes, sendo que no mesmo período do ano passado este número chegou a 980.024, um decréscimo de 13,9%. A Itaipu registrou de janeiro a

novembro 413.015 visitantes, 9,2% a menos que no mesmo período de 2005, quando o total foi de 450.947.

O movimento no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu nos primeiros 11 meses do ano passado, foi de 679.119 embarques e desembarques de passageiros, resultando em decréscimo de 10,1% se comparado com o mesmo período de 2005, em que foi registrado um movimento de 748.003 passageiros. A Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu registrou de janeiro a novembro, 1.037.281 passageiros embarcados e desembarcados, enquanto que em 2005, o número foi de 1.200.323, verificando-se uma diminuição 15,7%.

O Parque Nacional do Iguaçu foi visitado no mês de novembro de 2006 por 88.756 turistas, sendo que em novembro de 2005 foram 107.993 visitantes, ou seja, uma queda de 21,6%. No mesmo mês de 2006, a Itaipu recebeu 61.069 visitantes, sendo que há um ano atrás, o número foi de 49.003, registrando um aumento de 24,6%.

O Aeroporto registrou em novembro um total de 60.364 embarques e desembarques de passageiros, apontando um decréscimo de 28,5% se comparado com o mês de novembro de 2005, cujo movimento chegou a 77.608. Em novembro deste ano, a Rodoviária registrou 71.169 embarques e desembarques de passageiros, sendo que em 2005 foram 120.475, apontando um decréscimo de 69% no movimento de passageiros.

A Pesquisa de Ocupação Hoteleira realizada mensalmente pela Secretaria Municipal de Turismo – Departamento de Desenvolvimento de Turismo – apontou uma média geral para o mês de novembro de 45,6% de ocupação. Nos estabelecimentos que têm uma previsão para dezembro, o índice médio apresentado foi de 46,5%.

A pesquisa é feita por amostragem, fazendo parte do levantamento 60 estabelecimentos, segmentados por preços de diárias: até R\$ 50,00; de R\$ 51,00 a R\$ 100,00; acima de R\$ 101,00; pousadas e albergues.

Verificando essa sensível queda do turismo receptivo em 2006, a equipe técnica do Departamento de Desenvolvimento de Turismo – Divisão de Planejamento e Estudos Turísticos – efetuou a edição de 2006 do Inventário da Oferta Turística de

Foz do Iguaçu. O inventário que havia sido feito anteriormente de maneira menos sistemática e elaborada, foi remodelado e ampliado, seguindo a metodologia da Secretaria de Estado do Turismo e do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo. O governo local teve essa sensibilidade, pois sabia que precisava identificar os pontos fracos e os pontos fortes de Foz do Iguaçu enquanto destino turístico, e para viabilizar esse estudo, a melhor ferramenta a ser utilizada seria o inventário turístico.

O resultado do inventário turístico em Foz foi possível devido a uma parceria com a iniciativa privada, que colabora com a atualização de banco de dados, que é direcionado aos quatro postos de Informações Turísticas e ainda, para pesquisadores, docentes, jornalistas, investidores e toda a comunidade local. Um exemplar de todo o material já integra o acervo da Biblioteca de Turismo Frederico Engel, em Foz do Iguaçu – PR.

Os funcionários da Secretaria de Turismo atribuem à pesquisa de inventário, ao planejamento e à política de marketing, os bons resultados no turismo receptivo de Foz, uma vez que ao conhecer as características da localidade como um todo, se torna mais fácil a identificação da vocação turística do destino, bem como o direcionamento das políticas públicas que visam trazer não só ao residente, mas também, ao turista, uma melhor qualidade de vida.

Seguindo ainda a questão abordada pelo ciclo de vida das destinações turísticas, um exemplo de fluxo turístico que sofreu ao exceder a capacidade de carga foi Porto Seguro, no sul do estado da Bahia, que é considerado um destino em fase de declínio, por ter seu legado cultural e ambiental comprometido pelo turismo desordenado e inconsciente que se estabeleceu na cidade nos últimos anos.

Segundo Banducci (2001: 131), a grande maioria dos visitantes da cidade baiana é composta por turistas de massa e sabe-se que este tipo de turismo é caracterizado por elaborar pacotes voltados para grandes grupos de pessoas a um baixo custo. Sendo assim, se a produção local não puder atender à demanda que lhe é imposta, os atrativos da localidade podem ser degradados de maneira desastrosa, pois sabe-se que o meio ambiente leva anos para se reconstituir.

Tal situação traz à tona a preocupação com a proteção do meio ambiente que não é um assunto atual e teve início nos contextos urbanos, onde um planejamento equivocado do desenvolvimento colocou em risco muitos destinos turísticos e até aniquilou a qualidade de vida da comunidade local, causando impactos muito negativos.

Os impactos do turismo referem-se a uma gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém os resultados interagem e são igualmente irreversíveis quando ocorrem no meio natural.

Os impactos sobre a cultura e sobre as paisagens dos locais freqüentados pelos visitantes passaram a ser estudados cientificamente e tal fato sensibilizou a opinião pública quanto à necessidade de consideração dos aspectos ambientais e culturais nas viagens turísticas. Essa sensibilização levou à criação de normas que passaram a restringir o direito dos turistas ao consumo desmesurado dos valores culturais e dos recursos naturais das localidades visitadas, impondo-lhes até algumas obrigações durante as suas férias.

Uma alternativa que foi encontrada com a intenção de frear os danos causados pela atividade turística foi o controle do crescimento quantitativo dos fluxos turísticos de todo o mundo, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando se ultrapassa os limites de sua capacidade de carga, sendo assim, as práticas de turismo sustentável buscaram incrementar seus custos, que foram revertidos para um relativo aumento no preço das viagens a fim de restringir o número de pessoas requisitantes destes tipos de serviço.

A determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limita o acesso de pessoas em determinadas áreas, o que gera uma demanda maior que a oferta que, conseqüentemente, aumenta os preços para os visitantes. No entanto, tal procedimento acaba por excluir uma determinada parcela da população, impedindo-a de praticar a atividade turística em sua plenitude. E é justamente o contrário que ocorre com Porto Seguro, que está baixando cada vez mais os preços dos pacotes

para poder atrair uma considerável parcela da população de baixo poder aquisitivo, e assim, pode-se dizer que o segmento turístico voltado para esse perfil de consumidor é o turismo de massa, tão comum na cidade baiana em análise.

Constatou-se que o turismo de massa - caracterizado pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano – e o conseqüente superdimensionamento dos equipamentos receptivos para atendê-los não têm tido a rentabilidade esperada devido, principalmente, à sazonalidade desses fluxos. Além disso, o fluxo de grande número de pessoas nas comunidades receptoras é a origem de danos aos recursos naturais.

Outro agravante é falta de cultura turística dos visitantes que consiste em um comportamento alienado em relação ao meio que visitam, pois entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm o direito ao uso daquilo pelo qual pagaram, enfim, não tem consciência ambiental alguma.

No entanto, estes turistas irresponsáveis se esquecem que o produto turístico natural baseia-se na venda dos aspectos ambientais das localidades e a estrutura receptiva deve ser pequena, refinada, integrada e harmoniosa com relação ao meio. O turismo nos espaços naturais tem se tornado cada vez mais atraente para os consumidores em geral, mas os gestores dessa atividade, também, devem ser conscientes quanto à preservação dos recursos dos quais dispõem.

Dessa forma, toda localidade turística deveria adotar uma prática de turismo de qualidade economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos ao cliente, um exemplo desse formato de produto é o serviço oferecido pela Pousada Uacari, situada nas instalações do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

O turismo e o meio ambiente estão intimamente relacionados e o desenvolvimento sustentável depende da proteção dos recursos ambientais. Os parceiros para a existência do turismo sustentável são o *trade* turístico, os apoiadores ambientais e a comunidade local, pois cada área que possui a pretensão de desenvolver ou expandir o turismo deve avaliar cuidadosamente seus recursos antes de comercializá-los como atrativos turísticos.

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação. Sendo assim, a única maneira de modificar tal realidade é a aplicação da educação ambiental desde a formação do indivíduo. Tal tendência é adotada por Mamirauá, pois, sabe-se que é inegável o compromisso da atividade turística com a conservação da diversidade biológica, uma vez que uma das maiores motivações das viagens dos turistas se manifesta justamente pela fuga dos ambientes urbanos e poluídos, pela busca do contato com a natureza, pela volta às origens.

Por isso, a educação ambiental é vital para o turismo, pois ela se torna uma importante aliada na conservação dos recursos naturais. A questão da educação ambiental foi abordada pela UNESCO em 1985 e desde então, o conceito tem sido cada vez mais difundido pela sociedade mundial.

Em Mamirauá, a educação para o turismo ambiental é desenvolvida por meio de programas não-formais, chamando o cidadão-turista a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente. Tais informações são ministradas, também, a toda a população local residente nos arredores do Instituto.

No entanto, a educação para o turismo de proteção ambiental não deve ser restrita aos programas e equipamentos ecológicos, mas sim a todas as modalidades da atividade turística, bem como aos diversos empreendimentos e órgãos públicos envolvidos.

Os operadores turísticos têm a responsabilidade de elaborar roteiros ecologicamente adequados e podem utilizar guias e especialistas que orientem os turistas durante a viagem. Esta prática de guiamento, também é adotada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e tem despertado o interesse de muitos turistas, principalmente estrangeiros, por exibir as belezas amazônicas em um cenário totalmente voltado para a preservação da fauna e flora locais.

A preservação do meio ambiente depende de uma política turística que deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas

instalações turísticas e pelos equipamentos de lazer e o controle do crescimento desmesurado da atividade turística, visando manter a qualidade dos recursos naturais para o futuro. Sendo assim, um desenvolvimento turístico bem conduzido não prejudica o meio ambiente, pois por meio de uma boa gestão territorial, é possível reconhecer e estabelecer os limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento do turismo.

O meio ambiente e o desenvolvimento devem seguir a mesma tendência, pois não se pode mais pensar em investimentos patrimoniais sem considerar o retorno do capital, a maneira de geri-lo e as receitas que pode originar. Quando se trata de um equipamento turístico, já não se pode pensar apenas na valorização do patrimônio ou na administração de seu desenvolvimento, sem considerar os efeitos sobre a comunidade receptora, a economia e a sociedade das localidades e sobre o meio natural.

Atualmente, o posicionamento de certos empresários e órgãos públicos revelam uma intensa vontade de superar o conceito clássico do turismo predador por atividades que preservem as características sócio-culturais das comunidades receptoras.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente está longe de ser simples, o desafio reside em encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade e a proteção ambiental.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo pode trazer tanto benefícios quanto problemas para um município. Se bem planejado e gerenciado, o setor é capaz de gerar empregos e renda para a região, além de oferecer oportunidades para os empresários estabelecerem empreendimentos turísticos, vantagens essas que conduzem à melhoria dos padrões de vida dos residentes e contribuem para o desenvolvimento local. Os impostos gerados pelo turismo também podem ser utilizados para a melhoria das instalações e dos serviços da comunidade em geral.

A atividade turística requer uma infra-estrutura mais elaborada que pode ser aproveitada pela comunidade e ainda pode promover a expansão de outras atividades econômicas, tais como a agricultura, pesca, manufatura e produção de artesanato. Além disso, também ocorre o estímulo do desenvolvimento de instalações comerciais e culturais novas e mais estruturadas, que podem ser utilizadas pelos visitantes e pelos próprios moradores da cidade.

O turismo pode servir de justificativa e auxiliar no pagamento da conservação de áreas naturais, dos sítios arqueológicos e históricos, das artes, dos artesanatos, das tradições culturais e também para uma melhoria geral da qualidade de vida da comunidade local.

No entanto, sem o devido planejamento, ordenação e gerenciamento, o turismo pode resultar em congestionamento, poluição, além de outros problemas ambientais e sócio-culturais. A falta de controle na utilização das áreas de conservação natural pode levar esses locais à deterioração e a comercialização exagerada das tradições culturais pode acarretar a degradação do patrimônio cultural da área. É possível que haja perda de benefícios econômicos para o local, caso não seja mantido um controle do crescimento turístico, ou seja, por meio de um planejamento adequado, os benefícios do turismo podem ser maximizados e seus problemas minimizados.

A comprovação disso é a análise comparativa realizada entre os destinos de Foz do Iguaçu e Porto Seguro, onde a primeira localidade sofre a intervenção do inventário que proporciona subsídios para um planejamento adequado e consciente, e em consequência dessa ação, obtém-se uma cidade capaz de atrair turistas do mundo

todo, uma vez que trata-se de uma área dotada de toda a infra-estrutura necessária para acolher o visitante com qualidade e excelência, além de ter os atrativos naturais que lhe são peculiares, como as cataratas, por exemplo.

Já a segunda localidade, Porto Seguro, nunca foi inventariada, portanto não teve um prévio estudo de planejamento e adotou o turismo como atividade econômica que lhe rendeu bons lucros durante alguns anos. No entanto, como o destino não estava devidamente preparado para receber os visitantes, seu patrimônio natural e cultural foi degradado e atualmente se encontra sem perspectivas de reestruturação, uma vez que a cidade tem recebido com freqüência um número de turistas superior ao que sua infra-estrutura permite acolher. Dessa forma, o destino acaba oferecendo seus serviços e produtos a um baixo custo a fim de manter o restrito público que ainda atrai.

Sendo assim, ficou confirmada a necessidade do inventário turístico, uma vez que a primeira localidade que sofre constantes pesquisas de inventariação se mostra apta a receber os turistas oferecendo produtos e serviços de qualidade e já o segundo destino em questão, se encontra em fase de declínio por sofrer com a sazonalidade e com o excesso da capacidade de carga durante muitos anos consecutivos, fato que comprometeu o patrimônio natural e cultural da localidade.

Reconhecendo essa deficiência da questão da inventariação no país, o Ministério do Turismo propôs o Projeto Inventário da Oferta Turística em parceria com o Projeto Rondon na Amazônia Legal e tal ação se mostrou tão efetiva e proveitosa que acabou despertando o interesse de outras regiões brasileiras, como o estado do Rio Grande do Sul que passou a realizar estudos analíticos sobre a implementação do Projeto de Inventário em 7 municípios do estado gaúcho, envolvendo 4 regiões turísticas determinadas pelo Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil. Tais estudos subsidiarão as adequações nas estratégias e instrumentos a serem utilizados durante a implementação do Inventário da Oferta Turística no restante do Brasil.

Com o resultado dessa pesquisa, o Ministério do Turismo pretendia verificar a viabilidade de ampliação da parceria com o Projeto Rondon para inventariar outros

municípios de regiões turísticas de difícil acesso ou que não possuíam Instituições de Ensino Superior em seus arredores.

Em suma, a experiência de levar alunos de turismo para o Rondon foi considerada um sucesso pelos participantes e pelas instituições envolvidas. Os dados compilados pelos estudantes servirão de subsídios para orientar políticas públicas voltadas para o fortalecimento do turismo como atividade econômica e fator de desenvolvimento social nos municípios inventariados.

Todas as afirmações acima só comprovam a importância da realização da inventariação em locais com potencial turístico, uma vez que o inventário é o primeiro passo para um planejamento adequado e voltado para a prática do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita. Turismo e identidade local: uma visão antropológica
Campinas: Papirus, 2001 (Coleção Turismo).

BARRETTO, Margarita. Planejamento e organização em turismo
Campinas: Papirus, 1991.

BENI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo
São Paulo: Senac, 2000.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. Planejamento e Gestão em Turismo. São Paulo: Roca, 2003.

BOULLÓN, Roberto. Planejamento do espaço turístico
Bauru: EDUSC, 2002.

BRAGA, Débora Cordeiro. Planejamento turístico: teoria e prática.
Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. Turismo – Princípios e Práticas (2ª edição)
Bookman

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.
São Paulo: Futura, 1998.

Iguassu Tur. In: <http://www.iguassu.tur.br/>. Acessado em Março, 2007.

IRVING, Marta de Azevedo; IRVING, Júlia de Azevedo. Turismo: o desafio da sustentabilidade
São Paulo: Futura, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo

São Paulo: Aleph, 2000.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. Diretrizes para o turismo sustentável em municípios
São Paulo: Roca, 2002.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In:
<http://www.mamiraua.org.br/>. Acessado em Março, 2007.

MATHEUS, Carlos Eduardo; MORAES, América Jacintha; CAFFAGNI, Carla
Wanessa. Educação Ambiental para o Turismo Sustentável. São Carlos: Rima, 2005.

Ministério da Educação. In: <http://www.educacao.gov.br/>. Acessado em Outubro,
2006.

Ministério do Turismo. In: <http://www.turismo.gov.br/>. Acessado em Outubro, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e
organização – 2ª ed. Revista e Ampliada.
São Paulo: Atlas, 2000.

PELLEGRINI, Américo. Ecologia, Cultura e Turismo
Campinas: Papirus, 1993.

PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão
São Paulo: Futura, 1998.

Portal Tefé. In: <http://www.portaltefe.com.br/>. Acessado em Fevereiro, 2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a
proteção do meio ambiente.
Campinas: Papirus, 2001.

SOUZA, Maria José. Políticas públicas e o lugar do Turismo
Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio
Ambiente, 2002.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: meio ambiente e economia, Vol. II
São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos,
Vol. III / São Paulo: Aleph, 2000.

WWF – Brasil. In: <http://www.wwf.org.br/>. Acessado em Novembro, 2006.

APÊNDICE

Entrevista realizada com o integrante da equipe de Estudos, Pesquisas e Inventariação da Oferta Turística da Coordenação Geral de Regionalização, Cristiano Borges, em 07 de março de 2007 às 16 horas.

1) Como surgiu o Projeto Inventário da Oferta Turística?

Resposta: O Projeto surgiu da necessidade de conhecermos a oferta turística existente no País, surgiu como uma das ações do Módulo 6 do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Na verdade, no Brasil, o processo de inventariação turística foi iniciado na década de 1960, quando, oficialmente, o espaço territorial do país recebeu seu primeiro mapeamento turístico, tendo como base experiências internacionais. Em 1979, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur trabalha a Identificação do Espaço Turístico Nacional, iniciando, no ano seguinte, estudos para elaborar metodologia do processo de inventariação turística. Estes estudos dão origem a três documentos intitulados “Inventário da Oferta Turística”, edições 1980, 1984 e 1993, os quais proporcionam a realização do inventário turístico municipal em alguns locais do país. A chegada do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em meados da década de 90, traz novas propostas de metodologia para a inventariação. Anos mais tarde, em 2001, o Embratur lança material promocional com a finalidade de sensibilizar a população sobre a importância do processo de inventariação, além de oferecer cursos para a capacitação de coordenadores nacionais e estaduais com o objetivo de implementar o processo de inventariação no país. Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, detecta-se a necessidade de readequar as estratégias de inventariação da oferta turística vigentes até então ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo. Não existia ainda uma forma padronizada para a apresentação das informações coletadas nos diferentes processos de inventariação realizados no país ou mesmo um instrumento de pesquisa eficiente para a coleta de dados. Após anos de trabalho e inúmeras discussões, o Ministério do Turismo lançou em Janeiro de 2006 o Projeto Inventário da Oferta Turística, propondo um instrumento de pesquisa único, uma metodologia igual para todo o País e um sistema para armazenamento dos dados coletados na inventariação.

2) Quais foram os critérios adotados para a seleção dos municípios que foram inventariados em 2006?

Resposta: Antes da implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística, o Programa de Regionalização já havia definido, por meio de cada Unidade da Federação, as 87 regiões turísticas que seriam primeiro trabalhadas no país. Isso porque o MTur não tinha condições de implantar o Programa de Regionalização em todas as regiões turísticas do país ao mesmo tempo e, então, pediu aos estados que indicassem 3 regiões em estágio de desenvolvimento turístico mais avançado para serem trabalhadas para o mercado internacional e serem apresentadas na II Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, ocorrido em junho de 2006. Como parte integrante do Programa, o Projeto Inventário da Oferta Turística segue suas determinações. Em fevereiro de 2006, o MTur enviou às 27 Unidades da Federação uma correspondência para verificar quais delas gostariam de implementar o Projeto em 2006. Apenas 12 delas se manifestaram como interessadas na implementação do Projeto naquele ano. Definidas as UF's participantes, os próprios estados definiram os municípios a serem inventariados, seguindo alguns critérios que o MTur estabeleceu: estar contemplado no Programa de Regionalização, preferencialmente nas 87 regiões já citadas. É importante lembrar que o Projeto já estava sendo implementado como piloto no Rio Grande do Sul e que foi desenvolvida em fevereiro de 2006 uma ação-piloto integrada ao Projeto Rondon, em 10 municípios de AM e TO.

3) O sistema INVTUR atendeu às expectativas da equipe de Inventariação?

Resposta: Na realidade, o Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR sofreu atrasos e ainda não foi finalizado. Está no ar desde março de 2006 o Sistema Provisório de Inventariação da Oferta Turística – PREINV, que atendeu em parte as expectativas da equipe.

4) Como o Projeto Inventário da Oferta Turística pôde beneficiar os municípios analisados por meio do Projeto Rondon?

Resposta: O Projeto Rondon foi uma oportunidade que surgiu para testar a implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística em municípios de difícil

acesso ou ainda em municípios que não contam com Instituições de Ensino Superior - IES em suas proximidades. Diante dessas dificuldades – acesso e falta de IES – o Projeto Rondon, com toda a sua logística, forças armadas e universidades de todo o país envolvidas, seria uma maneira de fazer a inventariação chegar a estes municípios. Seria uma oportunidade de conhecer o que estes municípios dispõem para oferecer aos visitantes. Até mesmo a dificuldade de acesso é importante ser notada para se verificar se é esta dificuldade que impede o desenvolvimento do turismo na localidade ou o quê. Dessa maneira, o MTur procurou o Ministério da Defesa no final de 2005, a fim de verificar se o Projeto Rondon, além de efetuar suas ações já conhecidas, poderia também desenvolver a inventariação. Chegamos a um acordo que seria melhor testarmos primeiro, em uma ação-piloto, a utilização do Projeto Rondon para implementar o Projeto Inventário da Oferta Turística. Em fevereiro de 2006 conseguimos efetuar esta ação-piloto em 8 municípios do Amazonas e 2 de Tocantins.

5) Após um ano da realização da inventariação, quais as providências que foram tomadas pelo Ministério do Turismo em relação ao município de Tefé?

Resposta: Bem, a função do inventário não é a de diagnosticar, mas, sim, a de trazer bases para que um diagnóstico possa ser feito com facilidade. A função é conhecer tudo o que o município tem a oferecer para o turista, seja infra-estrutura básica, serviços turísticos ou de apoio ao turismo, atrativos a serem visitados. Logo, a ação-piloto realizada em Tefé, além de servir como teste de uma metodologia, serviu para que o próprio município, o estado do Amazonas e o próprio Ministério conhecesse a oferta turística do município, os potenciais que o município tem para o desenvolvimento do turismo e o que precisa ser melhorado. Também é preciso dizer que o MTur não tem condições e nem pode realizar tudo sozinho, ele depende da colaboração e vontade do estado, da região turística, do município e, principalmente, de sua população.